

Previsão



Protesto não é terrorismo

Durante a Copa do Mundo
manifestação vira crime



GESTÃO RESISTIR, LUTAR, AVANÇAR SEMPRE [2011- 2014]

Valmir Braz de Souza
Coordenação Geral

Fátima Regina da Silva
Diretora da Secretaria-Geral

Elaine de Abreu Borges
Diretora da Secretaria-Geral

Valéria Freitas Pamplona
Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro

Oswaldo Vicente
Diretor do Depto. Administrativo e Financeiro

Luiz Fernando Machado
Diretor do Depto. de Política e Organização de Base

Ana Maria Pereira Vieira
Diretora do Depto. de Política e Organização de Base

Luciano Wolffenbüttel Veras
Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Fernando Domingos da Silveira
Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Sócio-Econômicos

Janete Marlene Meneghel
Diretora do Depto. de Comunicação

Marco Carlos Kohls
Diretor do Depto. de Comunicação

Vera Lúcia da Silva Santos
Diretora do Depto. Jurídico

Rosemeri Nagela de Jesus
Diretora do Depto. Jurídico

Rosi Massignani
Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Clarice Ana Pozzo
Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas

Maria Nilza Oliveira
Diretora do Depto. de Política de Segurança e Saúde do Trabalhador

Jane da Rosa Defrein Lindner
Diretora do Depto. de Política de Segurança e Saúde do Trabalhador

Teresinha Maria da Silva
Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Terezinha Ivonete de Medeiros
Diretora do Depto. Sócio-Cultural e Esportivo

Márcio Roberto Fortes
Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Giulio Césare da Silva Tártaro
Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho

Editorial

Maio é o mês da luta da classe trabalhadora. E ao comemorarmos o 1º de maio, reforçamos nossa disposição para a luta em defesa de nossas bandeiras.

A primeira edição da Revista Previsão de 2014 é lançada nesse período em que temos em nosso horizonte duas tarefas essenciais.

A primeira delas é garantir a construção, em Santa Catarina, do Dia Nacional de Lutas, convocado pela Fenasps para 15 de maio. As entidades sindicais preparam um dia com mobilizações e paralisações, tendo como principal ponto de reivindicação a jornada de 30 horas, uma luta histórica da categoria, deturpada com o turno estendido.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Santa Catarina levou para a Plenária da Fenasps, em 12 de abril, o indicativo de greve, demonstrando a nossa total disposição para enfrentar os desafios de melhorar nossas condições de trabalho.

2014 também é o ano do 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC, que até o dia 25 de abril mo-



bilizou mais de 800 trabalhadores nas reuniões nos locais de trabalho, elegendo delegados e debatendo a pauta do evento. Esse será um importante momento, pois aprovaremos os eixos políticos que nortearão a nova diretoria do sindicato que será eleita no mês de agosto.

No centro de nossas discussões, a reorganização da classe trabalhadora e a jornada de trabalho. Esses dois temas precisam ser debatidos, para que possamos contribuir com a luta da classe trabalhadora aqui no Brasil e no mundo.

Redes sociais

Twitter: @sindprevs

Facebook: Sindprevs Santa Catarina

www.sindprevs-sc.org.br

Fale com o Sindicato

Rua: Angelo La Porta, 85, Centro
88020-600 - Florianópolis - SC

Fone/Fax: (48) 3224-7899

Atendimento externo: das 9h às 18h

Atendimento Jurídico: segunda, terça, quinta e sexta-feira das 9h às 18h

Plantão advogados: segundas e terças, das 9h às 12h e das 13h às 18h

E-mail: sindprevs@sindprevs-sc.org.br

E-mail jurídico: juridico@sindprevs-sc.org.br

Expediente

Previsão é a revista do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Federal no Estado de Santa Catarina.

Edição, textos, editoração e fotos: Rosângela Bion de Assis (Mtb 00390/SC JP); Marcela Cornelli (Mtb 00921/SC JP) e Clarissa Peixoto (Mtb 0003609/SC JP)

Projeto gráfico: Cristiane Cardoso

Ilustrações e logotipo: Frank Maia

Capa: Frank Maia

Tiragem: 6.000 exemplares

Sumário

9 Congresso Estadual: mais de 200 delegados eleitos

Reuniões por local de trabalho mobilizaram ativos e aposentados no estado.



14 Caminhada pela Verdade

Velhas e novas gerações, unidas, para dizer "nunca mais, nunca mais".

10 A vida recomeça aos 70

Após 34 anos de trabalho no INSS, com 70 anos de idade, Leony fala dos seus planos.

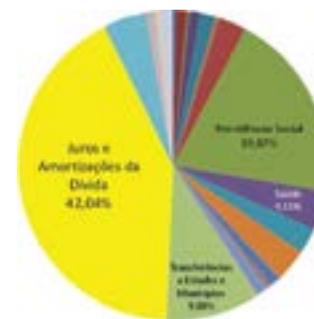


12 Ocupação Amarildo visibiliza a luta por moradia

Ocupação Amarildo resiste e revigora a luta por terra, teto e trabalho.

16 Dívida Pública: faltam recursos para educação e saúde

Sindprevs/SC encaminha criação do Núcleo Santa Catarina da Auditoria.



17 STF edita súmula sobre Aposentadoria Especial

Vitória obtida pelas entidades representativas dos servidores federais.

18 Novas ações

Assessoria Jurídica apresenta novos processos encaminhados para os filiados.



22 Última Página

Plenária e Assembleia Ordinária abrem 2014.



20 Notas | Jurídico | GEAP

Plenária da Fenasps aprova paralisação no dia 15 de maio.

Protesto não é terrorismo

O pacote de leis antiterrorismo do governo federal e de seus aliados pode levar à criminalização dos movimentos. Os servidores públicos também não sairão ilesos caso aprovado no Congresso o pacote de leis antigreve.

O cerco se fecha para os que lutam. Só a união e a resistência nas ruas poderão impedir a criminalização dos movimentos sociais e sindicais que o governo está impondo.

06



Agenda

Março e Abril

Reuniões nos locais de trabalho do INSS, MS e Anvisa para eleição dos delegados ao 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC.

Maio

14 e 15 | Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador, na Escola Sul, Ponta das Canas, Florianópolis.

15 | Dia Nacional de Luta, com ato unificado dos servidores do INSS, Ministério da Saúde e Anvisa, em Florianópolis.

28 a 31 | 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC, Pousada Vila do Farol, Bombinhas/SC.

Agosto

6, 7 e 8 | 2º Seminário Unificado de Imprensa Sindical, na Escola Sul, Ponta das Canas, Florianópolis.

20 | Eleição da nova diretoria do Sindprevs/SC para o triênio 2014-2017. No Hospital Florianópolis, será dias 20 e 21 de agosto.

Outubro

17 | Posse da nova diretoria do Sindprevs/SC para o triênio 2014/2017.

VEJA NO SÍTI DO SINDPREVS/SC
www.sindprevs.org.br, em

8º Congresso Estadual, todas as informações relativas ao evento



Protesto não é terrorismo

por **Marcela Cornelli**

jornalista do Sindprevs/SC

imprensa2@sindprevs-sc.org.br

“**A**gentes de repressão da Polícia Militar fascista arastam corpo de trabalhadora baleada pelas ruas da zona Norte do Rio. A auxiliar de enfermagem Claudia Silva Ferreira, 38 anos, foi baleada durante uma troca de tiros entre PMs do 9º Batalhão e bandidos comuns do Morro da Congonha, em Madureira. Ela foi alvejada no pescoço e nas costas. A selvageria policial foi além. (...) o corpo de Cláudia preso a um camburão em movimento e sendo arrastado pela estrada Intendente Magalhães. Ela acabou falecendo.” (jornal a Nova Democracia)

“Ouvi gritos de sufocamento e gemidos bem altos. Eram gritos terríveis, enlouquecedores”, lembrou. Depois de ouvir barulhos de água como se alguém tivesse tentando acordar uma pessoa, ele explica que houve um silêncio precedido por gritos: “deu m... , deu m...”. Posteriormente, recebeu a ordem para pegar uma capa de moto, e passou a ouvir barulhos de fita crepe e viu cinco policiais militares se dirigindo para uma mata fechada, com o que seria o corpo de uma pessoa”, diz soldado em depoimento no caso do pedreiro Amarildo de Souza, no Rio de Janeiro, mais um trabalhador

morto pela PM. (Portal Terra, 12 de março)

Isso não é 1964. Isso é 2014. No ano em que o Golpe Militar de 64 faz 50 anos, essa é a herança de uma polícia criada na época da Ditadura. Ano também em que teremos a Copa do Mundo no país, a repressão policial e

Os servidores públicos também não sairão ilesos caso aprovado o pacote de leis antigreve.

a criminalização dos que lutam é cada dia maior. Não custa lembrar que a Copa de 70 e a de 78 serviram muito bem às atrocidades das ditaduras no Brasil e na Argentina, respectivamente. Para piorar a situação no País vem aí o PLS 499/2013 (Projeto de Lei do Senado), chamado de Lei Antiterrorismo, que, se aprovado, vai criminalizar as manifestações de rua e enquadrar os manifestantes como terroristas. A tipificação do crime de terrorismo é uma

exigência da Federação Internacional de Futebol (Fifa) para a realização da Copa do Mundo. Os crimes previstos no projeto de lei são inafiançáveis. O condenado só terá direito ao regime de progressão após o cumprimento de quatro quintos do total da pena em regime fechado.

“O exemplo que temos de gente presa até hoje dói na carne. O Rafael, um morador de rua, que carregava um pinho sol para higienizar o lugar em que ele ia dormir. Ele foi condenado há cinco anos. É isso que a gente quer?”, disse em entrevista ao jornal Brasil de Fato o presidente do Instituto de defesa dos Direitos Humanos (DDH) e advogado, João Tancredo, em relação ao morador de rua preso nas mobilizações de junho.

AI 5 da democracia

Muitos movimentos sociais já chamam o PLS de AI da democracia. “(...) Os atos institucionais foram baixados por uma junta militar. Dessa feita seria pelo poder legislativo, são deputados eleitos. Eu tenho sinceras dúvidas dessa democracia representativa nos dias de hoje. Tenho dúvidas se muita gente que ali está efetivamente representa a sociedade ou representa grupelhos. (...) A gente pode chamar de AI 5 da democracia. É um nome interessante.

Mas com um agravante: não é baixado por junta militar, é votado por um congresso nacional, ‘legitimamente eleito’ e sancionado por um poder executivo que também foi eleito pelo povo”, diz Tancredo, na entrevista ao Brasil de Fato.

Não só o PLS 499/2013 é uma ameaça à liberdade de quem luta. São três os projetos que pretendem tipificar o terrorismo na legislação brasileira:

Projeto de Lei do Senado 728, de 2011

Apresentado pelos senadores Marcelo Crivella (PRB RJ), Ana Amélia Lemos (PP RS) e Walter Pinheiro (PT BA). Trecho do PLS diz: (...) “honremos os compromissos assumidos na subscrição dos Cadernos de Encargos perante a Fifa”. O projeto cita explicitamente a Copa de 2014 como justificativa.

O PL define penas para “terrorismo” (8 a 20 anos de prisão), entre outros pontos. A pena mínima já é cinco vezes maior do que a prevista pela Lei 7.170/8, a quarta e última Lei de Segurança nacional da Ditadura Militar, ainda em vigor e que prevê de 3 a 10 anos de reclusão para quem “praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo”.

Projeto de Lei do Senado 762, de 2011.

Apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB SP). A definição de terrorismo e a pena são exatamente as mesmas do PL 728/2011, com pequenas modificações nos critérios que levam ao aumento da condenação. O PL 762 define que a pena aumenta de um terço se o terrorismo é praticado “em locais de grande aglomeração de pessoas”.

O PLS também prevê penas para incitação ao terrorismo (3 a 8 anos), grupo terrorista e financiamento ao terrorismo (5 a 15 anos).

O próprio senador Aloysio Nunes retirou o PL da pauta atendendo a um ofício da Presidência do Senado para que o texto tramitasse em conjunto ao PL 707/2011, do senador Blairo Maggi (PR MT).

Ambos os projetos foram anexados ao PL 236/2012, da reforma do Código Penal Brasileiro, que tramita com mais de 140 projetos anexados, tornando ainda mais complexo o futuro da Lei Antiterrorismo. É preciso que o Senado vote a reforma do Código Penal para que o PL 762 seja aprovado.

Projeto de Lei do Senado 499, de 2013.

Proposto por uma comissão mista de 14 senadores e depu-



tados presididos pelo senador Romero Jucá (PMDB RR) e o deputado Cândido Vaccarezza (PT SP), o projeto foi publicado em novembro 2013. A proposta ganhou destaque após a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, atingido por um rojão em um protesto no Rio. O PLS estabelece como crime “provocar ou difundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade da pessoa”, sob penas que variam de 15 a 30 anos de prisão (24 a 30 se houver morte).

O texto é similar ao texto dos PLSs 762 e ao 728. Por ser proposto por uma comissão mista, o PL 499 não precisaria passar pela CCJ já seria votado na comissão que o propôs no Senado e na Câmara. (Fonte: Agência de Notícias Pública)

Paramilitares americanos treinam policiais brasileiros

Os projetos são genéricos e podem levar à criminalização dos movimentos. Além destes projetos, há ainda uma portaria publicada pelo Ministério da Defesa em dezembro de 2013 que estabelece o uso das Forças Armadas para a garantia da “Lei e da Ordem”. O texto define como oponentes: “São segmentos autônomos ou infiltrados em movimentos sociais, entidades, instituições, e/ou organizações não governamentais que poderão comprometer a ordem pública ou até mesmo a ordem interna do País, utilizando procedimentos ilegais”.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, entregou no dia 21 de fevereiro à Casa Civil cópia do projeto de lei do governo para conter a violência nas manifestações. A proposta proíbe o uso de máscaras durante os protestos e aumenta as punições em caso de

dano ao patrimônio público, lesão corporal e homicídio. Paramilitares norte-americanos que atuaram com mercenários nas guerras do Iraque e do Afeganistão estão treinando os policiais brasileiros para a Copa.

Está aí o pacote de leis e medidas antiterrorismo do governo federal e de seus aliados. Os servidores públicos também não sairão ilesos caso aprovado no Congresso o pacote de leis antigreve. Vários projetos, mais de 10, como já divulgamos na Revista Previsão nº 2 de junho do ano passado, tramitam com o objetivo de restringir as greves no funcionalismo, como o PLS 710/2011 do senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) e o PLS 4532/2013 do deputado Roberto Policarpo (PT/DF).

O cerco se fecha para os que lutam. Só a união e a resistência nas ruas poderão impedir a criminalização dos movimentos sociais e sindicais que o governo está impondo.

8º Congresso Estadual

Mais de 200 delegados eleitos

Os preparativos para o 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC estão a todo o vapor. As reuniões por locais de trabalho têm mobilizado ativos e aposentados em todo o estado. Nas 58 reuniões já realizadas até o fechamento desta edição da Revista Previsão foram eleitos mais de 200 delegados entre ativos, aposentados e pensionistas filiados.



Entre 28 e 31 de maio, em Bombinhas, acontecerá o 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC

Programação

28/05, quarta-feira

14hs - Hospedagem e credenciamento
16hs - Café de boas vindas
19hs - Cerimônia de abertura
20h30min - Aprovação do regimento interno e eleição da Comissão Eleitoral
21hs - Jantar

29/05, quinta-feira

9hs - Palestra - Análise de Conjuntura Nacional e Internacional
10hs - Debate
11h30min - Abertura do processo de inscrição das chapas que vão concorrer às eleições do Sindprevs/SC
12hs - Almoço
13h30min - Vídeo “Antes do Inverno”
14hs - Palestra - Reorganização da Classe Trabalhadora
16hs - Café
16h45min - Debate
17h30min - Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright
19h30min - Jantar

30/05, sexta-feira

9hs - Palestra - Dívida Pública Brasileira e suas consequências os trabalhadores
10hs - Debate
12hs - Almoço
14hs - Palestra - Plano de lutas dos servidores do INSS, MS e Anvisa
15hs - Debate
16hs - Café com recreação
19hs - Encerramento do prazo para inscrição das chapas que participarão das eleições do Sindprevs/SC
19h30min - Jantar

31/05, sábado

Das 9hs às 11hs - Trabalhos de Grupo
12hs - Almoço
15hs - Plenária Final
18hs - Apresentação das chapas que participarão das eleições do Sindprevs/SC
21hs - Jantar

Comunicação na agenda da classe trabalhadora

O Fórum de Comunicação da Classe Trabalhadora (FCCT) organiza-se para a realização do 2º Seminário Unificado de Imprensa Sindical, com data prevista para os dias 06, 07 e 08 de agosto de 2014, em Florianópolis.

Nas próximas reuniões do FCCT estarão sendo encaminhados os preparativos do 2º Seminário. A expectativa é construir um seminário que inclua

debates sobre democratização da comunicação, horizontes para a imprensa sindical e condições de trabalho.

O Fórum também incluiu em sua agenda de lutas a coleta de assinaturas, em Santa Catarina, para o projeto de lei de iniciativa popular, intitulado Lei da Mídia Democrática, encampado nacionalmente pelo Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC).





A vida recomeça aos 70

por Rosangela Bion de Assis
jornalista do Sindprevs/SC
imprensa@sindprevs-sc.org.br

A menina educada em colégio interno, casou com 16 anos e aos 23 já tinha três filhos. As crianças crescendo, Leony admirava as mulheres que trabalhavam. Sonhava ser uma delas.

Em 1976 inscreveu-se no concurso público e fez até promessa para Santo Expedito. Leony Medeiros lembra a alegria e a realização que sentiu ao ver o resultado: aprovada em 17º lugar. Foi designada para o setor de perícia médica, onde trabalhou por 14 anos, na Agência do INSS de Tubarão.

Eram outros tempos, o médico perito dizia para ela avisar se soubesse de algum trabalhador adoecido que não soubesse dos seus direitos. Os peritos podiam solicitar exames complementares e os servidores recebiam treinamento. “Hoje os servidores precisam ir atrás das informações, antes ficávamos duas semanas em treinamento e a agência tinha um clima mais humanizado.”

Também eram tempos de coragem. A ditadura militar não intimidava os servidores. Teta, como é conhecida por todos, conta que nas primeiras greves as informações chegavam por telefone e os trabalhadores iam para o calçadão explicar para a população os motivos da paralisação. “Os servi-

dores novos precisam saber que tudo o que a gente tem hoje no contracheque foi conquistado com as greves”.

Depois veio a grande decepção com o Lula. “Ele fez tudo o que os outros não tiveram coragem, até cortou o nosso salário”. Leony lembra da importância que foi a ajuda que o Sindicato prestou, através da ajuda financeira, viabilizado pelo Fundo de Greve. “Aquela ajuda foi muito importante”.

34 anos de trabalho e a disposição não diminuiu. Leony completou 70 anos no dia 21 de fevereiro de 2014. Um dia antes, os colegas da Agência de Tubarão organizaram uma festa, chamaram seus colegas de trabalho, amigos pessoais, trouxeram presentes e o documento da aposentadoria para ela assinar. Começava uma nova fase.

Teta já ia trabalhar de bicicleta. Nem o roubo em 2013, nem a aposentadoria seguraram a vontade de pedalar. Três vezes por semana, ela também realiza atividades promovidas pela Prefeitura de Tubarão. Em breve também vai aderir aos projetos da Unisul, dirigidos à saúde física e mental. Tanto treinamento tem um grande objetivo: deixá-la preparada para as novas aventuras.

Hoje Leony quer conhecer outras culturas, outros continentes. Na América Latina já viajou para Argentina, Bolívia, Chile, Circuito Andino e Patagônia. O Cirque Du Soleil assistiu três vezes. Já foi

duas vezes para Europa e Estados Unidos, mas ficou encantada mesmo pelo Norte do Brasil. “Eu já conheço o nosso País inteiro, mas não vi nada mais lindo que as paisagens e povos indígenas do norte. O encontro do rio Negro com o Amazonas é um espetáculo maravilhoso”. Esse ano tem cinco viagens marcadas: Uruguai em abril; São Paulo, Curitiba e Aparecida em junho; Holambra e interior de São Paulo em setembro; assistir ao concerto de André Rieu em outubro, em São Paulo; encontro dos servidores do INSS em novembro e fim do ano em Curitiba e Morretes.

O condicionamento físico também ajuda a manter o ritmo da participação nas mobilizações e eventos do Sindicato. Na sua agenda também constam a ida para o Congresso Estadual e a adesão a paralisação do dia 15 de maio.

Teta também precisa de energia para acompanhar o ritmo dos três netos. Os menores acompanham a avó, principalmente nos fins de semana, no passeios até o balneário de Arroio Corrente de Jaguaruna.

Festeira que só ela, Teta vai todo ano à festa dos servidores do INSS. Esse ano ela não quer perder o encontro, que será em Gaspar. Aliás, ela não quer perder nada que a vida possa lhe oferecer. São 70 anos de idade, mas ela garante que tomando a pílula do astronauta, ainda vai muito longe. E alguém duvida? 🌱



FOTOS: ARQUIVO PESSOAL

Na primeira festa dos servidores do INSS, em outubro de 1980.



Na festa Junina de 1982, vestida de noiva.



Na festa dos servidores do INSS de 2013, vestida de Chacrinha.

Acima, na formatura em dezembro de 1959. Ao lado, assinando a aposentadoria em fevereiro de 2013.



Ocupação Amarildo visibiliza luta por moradia em Florianópolis

por Clarissa Peixoto

jornalista do Sindprevs/SC

clarissa@sindprevs-sc.org.br

A manhã do dia 15 de abril era de completa apreensão, embora o esforço coletivo fosse para não deixar a “peteca cair”. Os moradores da Ocupação Amarildo da Silva convidaram seus apoiadores para uma vigília, enquanto aguardavam o desfecho da situação. Mais de 500 famílias compõem o acampamento que, durante quatro meses, esteve localizado às margens da rodovia 401, ao norte da ilha. Para o poder público, a área precisa ser desocupada, conforme a reintegração de posse já expedida.

As famílias começaram a che-

gar ao local em 16 de dezembro de 2013. De lá para cá, deram vida àquelas terras. A área, entre os bairros de Ratoles e Vargem Grande, é de 250 hectares, numa área total de 900, onde as famílias já iniciaram o cultivo de hortaliças e também de sonhos por terra, trabalho e teto.

O dourado do sol reluz nas folhas verdes que se tornaram mais bonitas com as cerca de 200 crianças que vivem na ocupação. Todas frequentando a escola. Também porque aquele lugar voltou a ter uma função social e produtiva. “Não fazemos a luta apenas por moradia. Embora ela seja essencial, queremos terra para produzir. Iniciamos

o cultivo de hortaliças, pois nossa intenção é garantir alimento para os moradores e também gerar renda”, conta Rui, morador da ocupação.

Com o lema “Terra, Teto e Trabalho”, a comunidade se organiza em núcleos que cuidam dos diversos setores da vida coletiva, como segurança e educação. Marli é responsável pela coordenação do núcleo “Um por todos e todos por um”, que reúne 10 famílias. “A organização se dá na parceria. Cada família traz o que pode e contribui com o que tem. Temos algumas dificuldades para manter nossa estrutura funcionando, mas seguimos em frente, confiantes”, afirma.

A educação e a formação de uma consciência crítica é, sem dúvida, uma das preocupações no acampamento. Isso acontece de várias formas. “Já organizamos cursos de formação e estamos recebendo doações de livros e materiais para montarmos uma escola de formação”, conta Rui, que é também responsável pela organização da pequena biblioteca que começam a constituir.

A formação também se dá de forma prática. Todas as decisões são tomadas em assembleia, garantindo que os encaminhamentos

sejam feitos de forma consciente e coletiva. “A pedagogia do exemplo é bastante trabalhada. Queremos democratizar não só a decisão, mas o pensamento que a define”, completa Rui. Nessa mesma tônica, a comunidade tem desenvolvido formas para a comunicação interna e para o enfrentamento à mídia tradicional que divulga informações distorcidas sobre a ocupação. Em fevereiro, o grupo lançou um jornal chamado Gazeta da Ocupação Amarildo.

A maior parte dos integrantes da ocupação já vivia na Grande Florianópolis. “Somos trabalhadores e trabalhadoras que, com as condições impostas pelo capitalismo, não conseguimos sobreviver. Temos direito a terra, teto e trabalho. E é isso que temos construído com a Ocupação Amarildo”, fala Dalton, integrante do grupo.

Segundo a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), a terra é pública. No entanto, logo após a ocupação, o ex-deputado estadual, Artêmio Paludo, reivindicou a propriedade da terra. “Até chegarmos aqui, essa terra não tinha função produtiva e agora estamos dando outro destino a ela”, reforça Rui que vive na ocupação com a companhei-



ra Luana e o filho Pedro, de um ano. A batalha é intensa e a luta pelo direito é sufocada por uma série de medidas de cunho judicial. Nesses quatro meses, foram inúmeros os

A educação e a formação de uma consciência crítica é uma das preocupações no acampamento.

diálogos entre os integrantes da comunidade, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, parlamentares e tantos outros agentes públicos. Paludo entrou com pedido de reintegração de posse e a data para desocupar a área ficou estabelecida para 15 de abril. No intervalo entre o pedido de reintegração e sua execução, a SPU se manifestou, alegando que a região é propriedade da União.

Nova etapa de luta

Na manhã de outono do dia 15, em assembleia, os Amarildos decidiram aceitar as condições conti-

das no termo de compromisso de desocupação e alocação, celebrado entre integrantes do movimento e agentes públicos envolvidos no processo. A medida propôs o deslocamento da comunidade para uma área de sete hectares no bairro Maciambú, na cidade de Palhoça. A área é particular e pertence ao Instituto Kairós. Segundo o acordo estabelecido, as pessoas ficarão provisoriamente nessa área, até que a União decida o futuro das terras às margens da rodovia 401. Instalados em Palhoça desde a noite do dia 15, os Amarildos devem continuar a luta para que possam voltar para a área no norte da ilha.

O pano de fundo da contraofensiva à Ocupação Amarildo é uma questão de classe. Grupos que, ao longo da história, se apropriaram indevidamente de terras públicas não podem aceitar a força simbólica de um aglomerado de gente que ousa ocupar com trabalho e resistência uma área que há muito não encontrava uma função social e produtiva. A Ocupação Amarildo resiste e revigora a luta por terra, teto e trabalho.

Até o fechamento dessa edição o acampamento Amarildo se mantém na área provisória, em Palhoça. 📍





Caminhada pela Verdade

por Elaine Tavares

Pobres&Nojentas e Iela (Instituto de Estudos Latino Americanos)
eteiaufsc@yahoo.com.br

O dia primeiro de abril em Florianópolis foi um dia de verdades. Depois de muito tempo, os mais diversos grupos de esquerda que atuam na cidade marcharam juntos para repudiar o golpe cívico-militar de 1964. Vieram os comunistas, os socialistas, os anarquistas, os trotskistas, os torturados, os estudantes, o povo da ocupação Amarildo, os indígenas, o MST, a CUT, a CTB, a Conlutas, os partidos políticos do campo da esquerda e os jovens que ainda buscam caminhos. Todas as divergências que muitas vezes separam, deram lugar a uma única convergência: um não sonoro à tortura, ao terror e ao estado de exceção que o Brasil viveu por longos 20 anos.

À frente da marcha ia uma mulher pequena, de rosto quadrado e olhos que sorriem. Era Derlei Catarina de Luca, professora e militante do grupo Tortura Nunca Mais, uma das tantas pessoas que, nos anos de chumbo, viveu a terrível experiência de ter seu corpo torturado por dias e dias. “Eu fui presa pela Operação Bandeirante, naqueles dias eu militava no grupo Ação Popular. Eles buscavam por uma mulher chamada Maria Aparecida Costa, e achavam que ela era eu. Por dias eu fiquei no pau-de-arara, tomei muito choque. Eles não acreditavam que meus documentos eram verdadeiros”. Falar sobre a tortura é algo que ultrapassa a condição humana. Quem viveu

esse horror prefere calar. Por isso, tanta dor acaba acumulada.

E foi essa mulher valente, que insiste em manter viva a lembrança de todos os caídos, que conduziu a marcha que serpenteou pela cidade, mostrando os lugares onde se expressou o terror de um regime que matou e violou todos aqueles que pensavam diferente.

A caminhada começou na sede da União Catarinense de Estudantes, onde nos anos da ditadura se concentrava a luta estudantil. Foram os estudantes brasileiros os que primeiro se levantaram contra o golpe, em manifestações e batalhas, e de suas fileiras saíram os mais frutíferos militantes das organizações clandestinas que passaram a lutar com mão armada contra o regime militar.

Em seguida, o povo saiu pelas ruas do centro da cidade, contando para a população sobre a verdade daqueles dias. Na porta das lojas, rostinhos juvenis vinham espiar, escutando curiosos uma história de sangue e terror. “A gente quase não estuda nada sobre isso no colégio”, disse uma vendedora de olhos arregalados. Ela tem razão. Pouco se fala da tortura, bem como do que aconteceu na cidade de Florianópolis nos anos de chumbo, com a terrível Operação Barriga Verde, a partir da qual 42 militantes comunistas foram presos e passaram por torturas terríveis. Foi um tempo em que os aliados do golpe,

ligados à UDN, também aproveitaram para matar os inimigos políticos, como foi o caso do prefeito de Balneário Camboriú, Higino João Pio. Seu único crime foi o de ser amigo de João Goulart. Por conta disso, o carimbaram como “comunista” e o prenderam acusado de “irregularidades administrativas”. Poucos dias depois ele apareceu morto na cela, enforcado, num caso muito parecido com o de Vladimir Herzog. Para a família, alegaram ser suicídio. Não foi. O mataram.

A marcha percorreu a movimentada Conselheiro Mafrá e parou em frente ao que hoje é a farmácia Catarinense. Ali, nos anos da ditadura, funcionava a Livraria Anita Garibaldi, gerenciada pelo escritor Salim Miguel. Por ser o escritor ligado ao Partido Comunista, as autoridades locais decidiram queimar todos os livros da livraria, numa operação grotesca de violência e ignorância, típica dos regimes de força. Os livros foram tirados da livraria e queimados na calçada, enquanto as pessoas silenciavam cada dia mais. Os “perigosos” volumes continham obras da literatura mundial, sociologia, história, economia e política. Arderam porque poderiam gerar vozes críticas.

A caminhada seguiu depois para a frente do prédio da Faculdade de Educação (FAED), onde naqueles dias de chumbo funcionava a sede do Quinto Distrito Naval, que tinha o serviço secreto mais eficiente do Brasil, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Todas as informações relacionadas aos então chamados “subversivos” estavam ali registradas e, ao longo da ditadura, o Cenimar extrapolou das suas funções chegando a prender e torturar militantes, com a mesma violência usada pelo temível DOI-CODI. Era uma fonte importante de informação, cujos arquivos até hoje não foram totalmente abertos. E, para lembrar os mortos de desaparecidos catarinense, as gentes na marcha foram dizendo os nomes daqueles que ousaram lutar. Arno Preis! Presente! Frederico Eduardo Mayr! Presente! João Batista Rita! Presente!



Luis Henrique Tejada Lisboa! Presente! Paulo Stuart Wrihth! Presente!... E tantos outros, cujos corpos nunca foram encontrados mas, que vivem

na lembrança dos companheiros. Nunca esquecidos! Vivos, portanto...

E lá se foi a marcha da verdade, da memória e da justiça, juntando velhos e novos militantes numa única vontade. Recordar, passar de novo pelo coração, para que nunca mais torne a acontecer. A próxima parada foi em frente ao Palácio Cruz e Souza, hoje um museu, mas que nos anos da ditadura era sede do palácio do governo. Foi ali que a gente de Florianópolis acendeu o pavio da grande virada democrática com a histórica “novembrada”, a revolta popular que encurralou o presidente João Figueiredo e o governador Jorge Bornhausen. Comandada pelos estudantes da UFSC, muitos dos quais acabaram presos, a novembrada apontou o rumo para um tempo novo, no qual as pessoas pudessem outra vez falar,

“Não fossem eles, estaríamos ainda vivendo as trevas do medo, do silêncio cúmplice, do terror.”

atuar politicamente, sonhar com novas formas de organizar a vida. Ali, já no cair da noite, essa luta foi lembrada por Marize Lippel, uma das estudantes presas naquele conflito.

A caminhada encerrou na Esquina Democrática, espaço histórico da luta social em Florianópolis. Muitas falas emocionadas, muitas canções, e muita alegria.

Porque apesar da dor por todos aqueles que tombaram, pelos desaparecidos, pelos que ainda hoje sofrem as sequelas das atrocidades praticadas pela repressão, há que celebrar a vida que toda essa gente semeou, tornando possível a claridade de um tempo novo, a democracia, ainda capenga, ainda incompleta, ainda insuficiente. Mas, não fossem eles, estaríamos ainda vivendo as trevas do medo, do silêncio cúmplice, do terror.

Porque nunca é demais lembrar que a ditadura vivida no Brasil não foi uma coisa isolada. Ela fez parte de uma política dos Estados Unidos para a América Latina, que visava impedir que se espalhasse pelo continente a boa-nova da vitoriosa revolução cubana.

Essas verdades duras, essas verdades nuas, caminharam também pela linda Miembipe, a Desterro da gente, a Florianópolis de hoje. E junto com a multidão que marchava iam os nossos mortos: Adolfo, Paulo Wrihth, Higino, Luis, Maria, Sônia, Mosquito, homens e mulheres que pavimentaram com sangue nosso presente de liberdade. Por isso que, ao final de tudo, foi armada uma ciranda. Braços dados, mãos apertadas, corações pulsando, canções. As velhas e as novas gerações, unidas, num átimo de convergência, para dizer “nunca mais”. 🇺🇵

Dívida Pública retira recursos da educação e da saúde

Valor consumido pela dívida corresponde a 10 vezes o valor previsto para a saúde e 12 vezes o previsto para a educação.

Todo ano o governo gasta quase metade do Orçamento do país com a dívida pública nacional. Essa política perversa beneficia banqueiros e grandes investidores que poderiam ser direcionados para a saúde, educação, cultura, segurança, e outros setores sociais. O orçamento de 2014 prevê um total de despesas de R\$ 2,4 trilhões, dos quais a impressionante quantia de R\$ 1,002 trilhão (42%) será destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

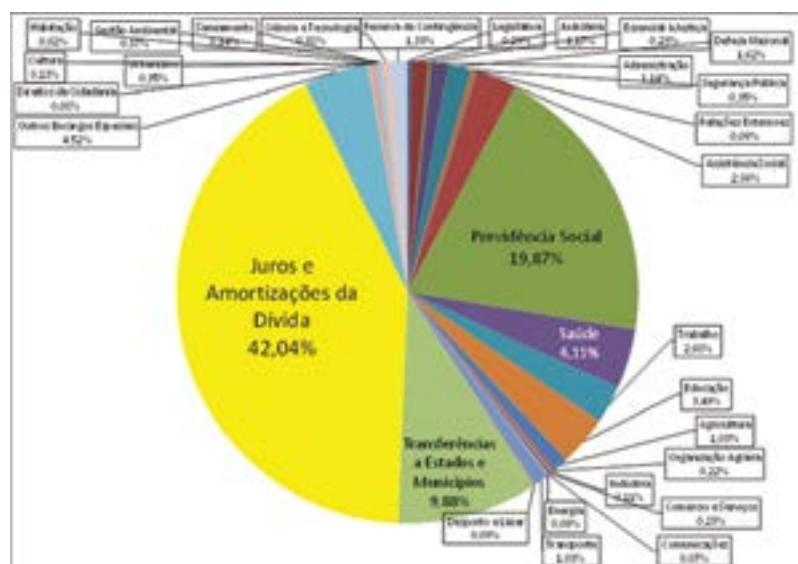
Esses números mostram que o endividamento é o maior problema do gasto público brasileiro. O valor consumido pela dívida corresponde a 10 vezes o valor previsto para a saúde, a 12 vezes o valor previsto para a educação, e a 4 vezes mais que o valor previsto para todos os servidores federais (ativos e apo-

sentados) ou 192 vezes mais que o valor reservado para a Reforma Agrária.

A importância e urgência desse tema motivaram a direção do Sindprevs/SC a encaminhar a criação do Núcleo Santa Catarina da Auditoria Cidadã da Dívida. A Auditoria Cidadã foi criada em 2001, logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, que apontou que mais de 95%, dos 6.030.329 votantes, disseram NÃO à manutenção do Acordo com o FMI; NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores. A auditoria da dívida está prevista na Constituição Federal – artigo 26 do ADCT – até hoje não cumprido.

Em respeito à Constituição Federal e ao voto dos milhões de cidadãos que participaram do Plebiscito, a Auditoria Cidadã da Dívida realiza, desde 2001, estudos, publicações, eventos, além de atividades para a mobilização de entidades da sociedade civil nacional e internacional. Desde o início de seu funcionamento a Auditoria Cidadã é coordenada por Maria Lucia Fattorelli, de forma totalmente voluntária.

A criação do Núcleo Santa Catarina da Auditoria Cidadã da Dívida será formalizada com a presença da Maria Lucia Fattorelli, que será palestrante do 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC.



FONTE: AUDITORIACIDADADA.ORG.BR

STF edita súmula sobre Aposentadoria Especial do servidor

por Luis Fernando Silva
Advogado, Assessor Jurídico do Sindprevs/SC
fernando@slpgadvogados.adv.br

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou no dia 9 de abril, por unanimidade, a Proposta de Súmula Vinculante (PSV) 45, destinada a consolidar o entendimento do Tribunal sobre o reconhecimento e a averbação de tempo de serviços prestado por servidores públicos sob a ação de agentes nocivos à saúde e/ou à integridade física, o chamado “tempo especial”.

A Súmula aprovada, cuja publicação ocorrerá nos próximos dias (com a respectiva numeração, provavelmente nº 33), regerá a matéria até a futura edição de lei complementar regulamentando o disposto no art. 40, § 4º, II, da Constituição Federal.

A questão já vinha sendo tratada pelo Supremo desde a decisão do Mandado de Injunção nº 880, ajuizado por diversas entidades sindicais representativas dos servidores federais, incluindo o Sindprevs/SC, quando a Suprema Corte decidiu que a lacuna deixada pela ausência de regulamentação legal da matéria deveria ser preenchida pelas regras contidas no art. 57, da Lei nº 8.213, de 1991.

Ocorre que a partir daquela decisão outros Mandados de Injunção foram interpostos junto ao STF (cerca de 5 mil), ocasião em que a Corte vinha se incli-

nando a dizer que o direito em questão só protegeria os servidores públicos quando estes houvessem trabalhado sob efetiva exposição aos agentes insalubres ou perigosos pelo prazo mínimo de 25 anos ininterruptos, caso em que a aposentadoria especial seria enquadrada no art. 40, da Constituição Federal, trazendo como consequências ruins para o servidor o fato do cálculo ser



efetuado pela média (e não a partir da última remuneração em atividade), e de que este tipo de aposentadoria não tem direito à paridade com os servidores em atividade.

Em face destas novas orientações do STF o Governo editou, em dezembro passado, a Orientação Normativa nº 16, limitando o exercício do direito aos casos de exposição ininterrupta por 25

anos, como mencionado acima.

A partir das inúmeras decisões do STF sobre esse assunto, e buscando uniformizar a posição do Tribunal sobre o tema, o ministro Gilmar Mendes propôs que o STF adotasse uma Súmula Vinculante para dispor sobre o assunto, medida que indicava que a decisão adotada viria a limitar e restringir o exercício do direito em questão, como acontece nas decisões mais recentes do STF, o que prejudicaria sensivelmente os servidores públicos.

À vista disso os advogados que integram o CNASP – Coletivo Nacional de Advogados de Servidores públicos, do qual o Escritório SLPG que presta assessoria ao Sindprevs/SC é fundador, iniciaram uma ampla campanha, junto às entidades nacionais representativas dos servidores federais, com vistas à uma atuação mais decisiva sobre o STF, inclusive com a contratação de um Parecer Jurídico sobre o assunto, que foi subscrito pelo Dr. Carlos Ayres Britto, ex-Ministro do próprio STF, e com a sustentação dos pontos de vista em Plenário, o que foi feito por advogado integrante do CNASP, em nome de dezenas de entidades sindicais e associativas que atuaram juntas nesta empreitada.

Estas iniciativas jurídicas acabaram viabilizando que o STF viesse a discutir

a matéria a fundo, deixando a posição simplista e restritiva que vinha adotando até então, o que foi corroborado, no julgamento de 9 de abril, pela posição firme adotada pelo Ministro Roberto Barroso, que liderou a divergência interna e permitiu que viéssemos a obter, por unanimidade, a aprovação do seguinte verbete:

“Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição Federal, até edição de lei complementar específica.”

Trata-se, assim, de uma importante vitória obtida pelas entidades representativas dos servidores federais, ainda que sua aplicação prática ainda dependa de providências que serão tomadas nos próximos dias.

Após a publicação da referida Súmula Vinculante, as entidades nacionais representativas de servidores federais adotarão medidas junto ao Governo Federal, no sentido do imediato cumprimento dos seus termos, o que a nosso ver envolve tanto o direito à aposentadoria especial por exposição mínima de 25 anos ininterruptos à ação de agentes nocivos à saúde e/ou à integridade física, como também (e aí com mais vantagens aos servidores), a possibilidade de conversão de tempo especial em tempo comum, com o acréscimo de 20%, no caso de mulheres, ou de 40%, no caso de homens, com vistas à aposentadoria voluntária, como a baseada no art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 2005.

Os servidores interessados devem aguardar novas orientações do Sindprevs/SC, de modo que a adoção de providências precipitadas não venha a dificultar a defesa dos seus específicos interesses. 

Novas Ações

Proventos e gratificação integrais na aposentadoria

Foram ajuizadas as Ações Cíveis Públicas nºs 5017699-44.2013.404.7200, 5017700-29.2013.404.7200, e 5017702-96.2013.404.7200, nas quais o Sindprevs/SC atua como substituto processual dos servidores aposentados do Ministério da Saúde, do INSS e da Anvisa, que tenham se aposentado pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005, objetivando assegurar o direito à aposentadoria integral, com as gratificações de desempenho a que fazem jus.

São beneficiários destas ações, os servidores que se aposentaram depois que as gratificações de desempenho foram regulamentadas, fazendo com que tivessem chegado a receber 100 pontos, reduzidos para 50 na aposentadoria.

Caso estas ações tenham êxito, os servidores nela incluídos terão revistos seus proventos de aposentadoria, passando a receber o valor do último mês em atividade, inclusive a quantidade de pontos que recebiam de gratificação de desempenho, percebendo também os atrasados, com juros e correção monetária.

Esta ação coletiva torna desnecessário que os aposentados ajuízem ações individuais. Caso já tenham sido ajuizadas, elas continuarão até o seu final.

Correção das aposentadorias concedidas pelo art. 2º da EC 41

Foram ajuizadas as Ações Ordinárias nºs 5017998-21.2013.404.7200, 5018000-88.2013.404.7200, e 5018005-13.2013.404.7200, nas quais o Sindprevs/SC atua como substituto processual dos servidores aposentados do Ministério da Saúde, do INSS e da Anvisa e que tenham se aposentado pelo art. 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, a partir de janeiro de 2004. Caso estas ações tenham êxito, os servidores nela incluídos terão seus

proventos reajustados, desde 2004, pelo INPC, e receberão atrasados com juros e correção monetária.

São beneficiários destas ações, os servidores que se aposentaram a partir de janeiro de 2004, e que, mesmo contra a orientação do Sindprevs/SC, optaram pelo art. 2º, da EC nº 41, perdendo o direito à paridade e ficando sem reajuste dos proventos até 2008.

Esta ação coletiva torna desnecessário que os aposentados em questão ajuízem ações individuais. Caso já tenham sido ajuizadas, elas continuarão até o seu final.

Proventos integrais aos aposentados por invalidez

Foram ajuizadas as Ações Cíveis Públicas nºs 5005050-47.2013.404.7200, e 5004555-03.2013.404.7200, nas quais o Sindprevs/SC atua como substituto processual dos servidores aposentados por invalidez no Ministério da Saúde e no INSS.

Estas ações objetivam que os aposentados por invalidez tenham revistos seus proventos, em especial depois da edição da Emenda Constitucional nº 70, de 2012, de modo que os conceitos de integralidade (quando a invalidez decorreu de doença grave, especificada em lei, de doença profissional ou de acidente do trabalho), ou proporcionalidade (quando a invalidez decorreu de doenças tidas como comuns), considerem todas as verbas recebidas pelo servidor no último mês em atividade, incluídas as gratificações de desempenho.

Caso estas ações tenham êxito, os servidores nelas incluídos terão revistos seus proventos e receberão os atrasados com juros e correção monetária.

Esta ação coletiva torna desnecessário que os aposentados em questão ajuízem ações individuais. Caso já tenham sido ajuizadas, elas continuarão até o seu final.

Manutenção da insalubridade aos servidores do MS

Foi ajuizada a Ação Ordinária nº 5004983-48.2014.404.7200, na qual o Sindprevs/SC atua como substituto processual dos servidores em atividade do Ministério da Saúde, que receberam comunicado que seria suprimido o pagamento do adicional de insalubridade que vinham fazendo jus há vários anos devido às novas regras de concessão, dispostas na Orientação Normativa nº 6, de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Sindprevs/SC sustentará que o Ministério da Saúde somente poderia suprimir a insalubridade nos casos em que fosse constatada, em nova perícia no ambiente de trabalho, a inexistência da exposição que gerou o pagamento.

A antecipação de tutela foi negada e a ação aguarda o julgamento do mérito.

Caso a ação venha a ser vitoriosa, os servidores receberão o adicional de insalubridade que deixarem de receber com acréscimo de juros e correção monetária.

Devido a existência desta ação coletiva, os servidores prejudicados pela medida administrativa por ela combatida não precisam ajuizar ações individuais.

Garantia da progressão com interstício de 12 meses no INSS

Foi ajuizada a Ação Ordinária nº 5006011-51.2014.404.7200, na qual o Sindprevs/SC atua como substituto processual dos servidores em atividade do INSS, que tiveram suas progressões funcionais, desde 2007, deferidas com interstício de 18 meses, e não de 12, como o Sindicato entende devido.

Serão beneficiários da ação, caso seja julgada favorável, os servidores que a partir de 2007 ainda tinham progressões a receber, incluindo desde os que estão no início da carreira até os mais antigos, desde que ainda não estejam nas últimas referências dos níveis de escolaridade.

Caso a ação seja vitoriosa, os servidores serão reclassificados, adotando-se o interstício de 12 meses e receberão os atrasados desde 2009, acrescidos de juros e correção monetária. Esta ação aguarda julgamento de mérito.

Devido a existência desta ação coletiva, os servidores prejudicados não precisam ajuizar ações individuais. Caso já tenham sido ajuizadas, elas continuarão até o seu final.

Novas ações foram ajuizadas pelo Sindprevs/SC nos últimos 2 meses

Correção dos saldos do FGTS entre 1999 e 2012

Foi ajuizada a Ação Civil Pública nº 5006969-37.2014.404.7200, na qual o Sindprevs/SC atua como substituto processual dos servidores do Ministério da Saúde, do INSS e da Anvisa. Caso ela seja vitoriosa, vai assegurar aos que tinham contas de FGTS no período de 1999 a 2012, que tenham seus saldos corrigidos pelo INPC, e não pela TR, independentemente desta conta se referir a vínculos privados. Se o julgamento for favorável aos servidores, eles terão os saldos de FGTS (ativas ou

já encerradas, mas com saldo no período objeto da ação), corrigidas, gerando um valor a receber (no caso de contas encerradas), ou gerando o aumento dos saldos (no caso de contas ativas).

A imensa maioria dos servidores federais não possui conta de FGTS desde 1990, mas inúmeros servidores mantém vínculo privado paralelo. Além disso, boa parte dos novos servidores vem de empregos privados, onde possuíam contas de FGTS.

A ação em questão aguarda julgamento de mérito.

Devido a existência desta ação coletiva, os servidores prejudicados não precisam ajuizar ações individuais.

Pagamento de exercícios anteriores com correção e juros

Foram ajuizadas as Ações Ordinárias nºs 5018006-95.2013.404.7200, 5005720.85-2013.404.7200 e 5012507-96.2014.404.7200, nas quais o Sindprevs/SC atua como substituto processual dos servidores do Ministério da Saúde, do INSS e da Anvisa para assegurar o direito ao pagamento dos valores devidos nos “processos de exercícios anteriores”, ainda não pagos administrativamente, acrescidos de juros de mora e correção monetária.

Caso a ação seja vitoriosa os servidores terão esses valores pagos na via judicial, provavelmente acrescidos de juros de mora e correção monetária. As ações em questão aguardam julgamento de mérito.

Devido a existência destas ações coletivas, os servidores que tenham valores a receber em “processos de exercícios anteriores” não precisam ajuizar ações individuais.

Ações em fase de elaboração

80% do Pecúlio sem deságio

A Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC está elaborando uma nova ação para assegurar aos servidores que se enquadrarem nas situações que permitem a antecipação do saque dos 80% do Pecúlio da Geap, o direito de recebê-lo sem o deságio.

Quando sua elaboração for concluída esta ação será ajuizada de forma coletiva, beneficiando os filiados que se enquadrem na situação descrita, o que tornará desnecessário o ajuizamento de ações individuais.

Auxílio-transporte sem comprovação de uso

A Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC está elaborando uma nova ação para assegurar aos servidores que ainda não percebem o auxílio-transporte (porque não usam transporte coletivo), o direito ao pagamento da indenização, inclusive com efeitos retroativos aos últimos cinco anos, assim como desobrigar os servidores que já percebem a obrigação de comprovar que fazem uso de transporte coletivo. A Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC entende que esta exigência é ilegal, pois mesmo não utilizando transporte coletivo, o servidor se desloca da sua residência ao trabalho, devendo fazer jus a indenização.

Quando sua elaboração for concluída esta ação será ajuizada de forma coletiva, beneficiando todos os servidores associados que se enquadrem na situação descrita acima, o que tornará desnecessário o ajuizamento de ações individuais.

 Leia mais no site do Sindprevs/SC, em Jurídico

Eleição da nova diretoria do Sindprevs/SC será em agosto

No dia 3 de abril, foi publicado o edital que convoca as eleições da nova diretoria do Sindprevs/SC para o triênio 2014/2017. A eleição acontecerá dia 20 de agosto em todo estado e dias 20 e 21 de agosto



no Hospital Florianópolis. Haverá urnas em todos os locais de trabalho e na sede do Sindicato para a coleta dos votos dos filiados.

Inscrições no Congresso

As chapas deverão ser inscritas durante o 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC, no período compreendido entre as 11h30min do dia 29 de maio até as 19horas do dia 30 de maio. Também a Comissão Eleitoral que encaminhará o processo será eleita no primeiro dia Congresso Estadual, 28 de maio.

Faltam condições de trabalho para os servidores do Aeroporto

No dia 9 de abril, a Direção do Sindprevs/SC e a Assessoria do Departamento de Saúde do Trabalhador, psicóloga, Elisa Ferreira, estiveram no aeroporto Internacional Hercílio Luz, em Florianópolis, conversando com os servidores da Anvisa. Tanto no setor de Fiscalização de importações internacional quanto no Centro de Orientação à Saúde do Viajante, os representantes do Sindicato observaram sérios problemas nas condições de trabalho.

Os servidores da Anvisa estão ansiosos pela mudança para as novas instalações do Aeroporto, onde esperam ver resolvidas questões como falta de espaço,

trabalho em salas sem janela, espaço de descanso e depósito na mesmo lugar, frio excessivo, entre outras.

Durante a reunião, os diretores do Sindprevs/SC entregaram o documento elaborado pelos servidores de portos, aeroportos e fronteiras (PAF), que aponta os principais pontos que serão tratados pelo Devisa/Fenasps em reunião solicitada com a presidência da Anvisa.

O Departamento de Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC realizará um diagnóstico com a avaliação da organização do trabalho e os impactos na saúde física e mental dos trabalhadores da Anvisa.

Plenária da Fenaspas aprova paralisação dia 15 de maio

A jornada de 30 horas para todos será o principal eixo de luta do Dia Nacional de Luta com paralisação que será realizado dia 15 de maio. Estiveram presentes na Plenária Nacional da Fenaspas do dia 12 de abril, que aprovou a data, os seguintes estados: SC,PR, SP, MG, RS, ES, RN, SE, RJ e Oposição da BA.

O Dia de Luta também reivindicará: Plano de Cargos e Carreiras; Incorporação da GDASS; Concurso Público; Melhores Condições de Trabalho; Adicional de Qualificação; Paridade entre ativos e aposentados e Fim do Assédio Moral.

Indicativo de greve

Em Assembleia Estadual, os servidores do INSS, Anvisa e Ministério da Saúde

aprovaram o indicativo de Greve por tempo indeterminado no dia 11 de abril, em Florianópolis. O posicionamento de Santa Catarina não foi aprovado na Plenária Nacional da Fenaspas do dia 12 de abril.

A Assembleia do dia 11 de abril também referendou os novos Diretores de Base e Representantes de Aposentados e Pensionistas de Biguaçu, Fraiburgo, Caçador, Forquilha, Mafra, Sombrio, INSS PO e Itapema, e aprovou delegados dos Aposentados e Pensionistas para o 8º Congresso Estadual do Sindprevs/SC.



 Veja mais imagens da Assembleia Estadual no site do Sindprevs/SC em: Galeria de Fotos

Saúde do Trabalhador terá Conferência Macrorregional

Dias 14 e 15 de maio, no Hotel da Escola Sul, em Ponta das Canas, Florianópolis, será realizada a Conferência Macrorregional de Saúde do Trabalhador. A conferência é uma política que tem sido construída coletivamente, integrando o conhecimento dos técnicos com o dos trabalhadores e expressa um campo específico no âmbito do SUS.

A direção e a Assessoria em Saúde do Trabalhador levarão para a Conferência a experiência que o Sindprevs/SC acumulou com os estudos e debates realizados principalmente desde 2010, quando foi implementado o Departamento de Saúde do Trabalhador.

Processo eleitoral denunciado

O caos que os interventores deliberadamente provocaram nas eleições da Geap/Autogestão em Saúde deixou consequências inimagináveis. Dos mais de 200 mil eleitores, apenas 5.045 conseguiram votar, ou seja, aproximadamente 2.39% dos eleitores, após três dias de votação.

Este processo eleitoral não assegurou o direito ao voto dos associados pois a senha que a Geap enviou por correspondência não chegou para mais de 97% dos participantes do Plano Geap, inclusive para dois componentes da Chapa 4, do Conad que não receberam.

Pedido de impugnação

Qualquer assistido da Geap que tenha se sentido prejudicado no processo eleitoral da Geap/Autogestão em Saúde pode solicitar a impugnação no próprio site onde foram recebidos os votos: www.eleicoesgeapsaude2014.com.br.

No canto superior direito, na opção "Pedido de Impugnação", são coletados os dados do assistido e uma curta descrição, em no máximo 5 mil caracteres, do pedido.

Fonte: Fenaspas

Plenária e Assembleia Ordinaria Ordinaria abrem 2014

O ano iniciou com grandes desafios. Nos dias 20 e 21 de março, aconteceram a primeira Plenária Sindical de Base e a primeira Assembleia Estadual Geral de 2014 com participação de servidores ativos, aposentados e pensionistas do INSS, do Ministério da Saúde e da Anvisa. A necessidade de luta, mobilização e reorganização dos trabalhadores foi consenso em todas as falas.

Na Assembleia do dia 21 de março a categoria mostrou que está com grande disposição de luta. Nas falas, emocionadas e cheias de esperança e vontade de lutar, os servidores lembraram que nada vem de graça do governo.

A Assembleia do dia 21 também aprovou o relatório financeiro anual elaborado pelo Conselho Fiscal, conforme o artigo 28, inciso I, do Estatuto do Sindprevs/SC.



Votação durante a Assembleia Estadual Geral



Homenagem ao Conselho Fiscal durante a Plenária



Eleição dos delegados à Plenária Nacional da Feanasps



Acima, Assembleia. Abaixo, Plenária.



Veja mais imagens da Assembleia Estadual Geral Ordinária e da Plenária Sindical de Base site do Sindprevs/SC em: Galeria de Fotos

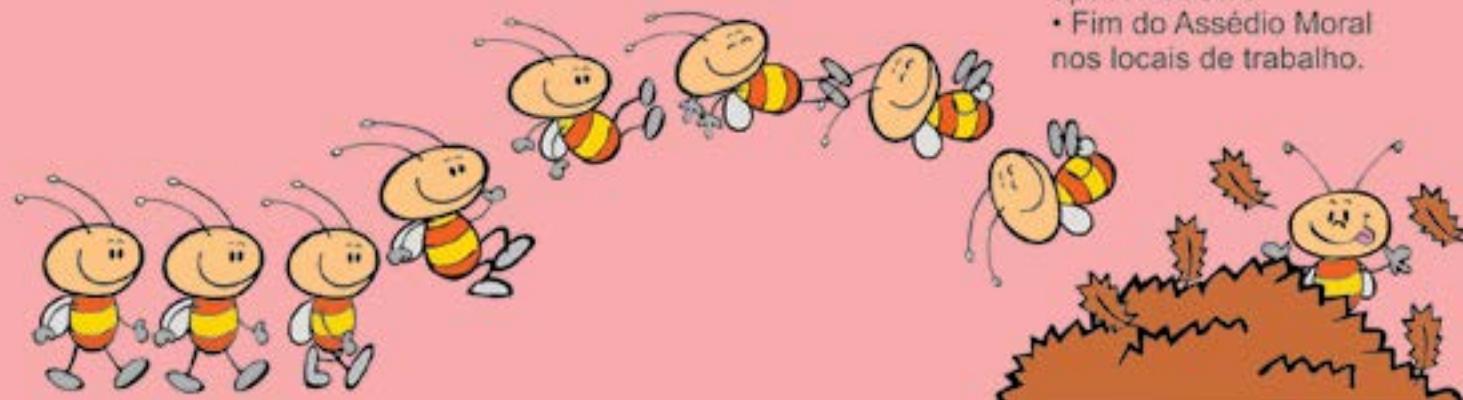
Paralisação 15 de maio

Servidores do INSS, Ministério da Saúde e Anvisa

Na luta pela jornada de 30 horas

Também reivindicamos:

- Incorporação da gratificação;
- Plano de Cargos e Carreiras;
- Concurso Público;
- Melhores Condições de Trabalho;
- Adicional de Qualificação;
- Paridade entre ativos e aposentados e
- Fim do Assédio Moral nos locais de trabalho.



2º SEMINÁRIO UNIFICADO DE IMPRENSA SINDICAL



6, 7 e 8 de agosto/2014

Escola Sul, Ponta das Canas, Florianópolis/SC

8º CONGRESSO ESTADUAL DO SINDPREVS/SC



28 a 31 de MAIO / 2014
POUSADA VILA DO FAROL
BOMBINHAS-SC

